



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'P' and other initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

-----Mandato 2013/2017-----

-----ATA NÚMERO VINTE E UM-----

Aos trinta dias do mês de Junho, do ano de dois mil e dezassete reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, sob a presidência de Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, coadjuvado por Abílio Batista Maia Evaristo, 1.º Secretário e por Maria da Assunção Gouveia Bártole Matias, 2.ª Secretária. -----

Estiveram presentes os seguintes Deputados Municipais: -----

Berta Augusta Teixeira Vilhena Carneiro de Carvalho; João Carlos Alves Valério; Joni Micael Bento Ledo; Hernani Joaquim Vilares Teixeira; Pedro Alexandre Morais dos Santos; Artur Manuel Pires e Maria Isabel da Costa Nunes Cardoso Castro Oliveira; Paulo José Gomes Monteiro Praça; Catarina Maria Mendes de Albuquerque Rodrigues Pizarro de Castro; Frederico de Sousa Guedes e Rui Manuel Correia Tadeu. -----

A Deputada Carla Maria Silva Leite comunicou, antecipadamente, à Mesa a sua não comparência à AM por motivos de ordem profissional e informou, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 6.º e do n.º 1 do Art.º 9.º do Regimento da AM, da sua substituição pelo elemento a seguir da sua lista – Pedro Nuno Esteves de Morais Campilho que, também, informou da impossibilidade de comparecer. Indicou para sua substituição o elemento a seguir na lista – André Marcelino Garcia Ferreira que compareceu à sessão.

Estiveram, também, presentes os seguintes Presidentes de Junta: -----

Maria Isabel Fernandes Videira Gomes; Manuel António Prazeres Madureira; Tiago José Felizardo; Armindo António Olmo; José Carmino Videira Azevedo; João Jorge Gouveia Garcia; André Alberto Silva Freixo; Natércia da Conceição Silva Fernandes; Alexandra Isabel Mesquita Araújo; António João Barros Rodrigues; Bruno Augusto Pintinha Maia Evaristo; Fernando Amílcar dos Santos Passeira e José Luís Teixeira de Almeida. -----

O Presidente da União de Freguesias de Candoso/Carvalho de Egas - Joaquim Filipe Frutuoso Correia, foi legalmente substituído pela Tesoureira da Junta de Freguesia – Fernanda Neri Tabuada.-----

O Órgão Executivo esteve representado por: -----

Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF. -----

Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, Vereadora do PS. -----

Fernando Filipe de Almeida, Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. -----

Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Faltou à sessão Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice – Presidente da CMVF. -----

Constatada a existência de *quórum*, o Presidente da Assembleia declarou aberta a 21.ª Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

O Presidente da AMVF, convidou a AMVF a guardar um minuto de silêncio pelas vítimas de Pedrógão Grande. -----

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -----

O **Munícipe Ricardo Dobrões**, apresentou à AMVF um projeto que considera ser dinamizador para Vila Flor. Trata-se do projeto "Vila Flor Mais Cor" e consiste em pintar quatro murais em Vila Flor (três na Vila e um no Parque de Campismo), em paredes visualmente mortas às quais gostaria de dar alguma vida. Os projetos foram pensados de acordo com o meio envolvente e a funcionalidade que os edifícios, onde vão ser pintados, têm. -----

O **Presidente da AMVF**, referiu que a mesa irá entregar o projeto à CMVF, para que numa próxima Reunião de Câmara pense no assunto e dê uma solução ao mesmo.-----

O **Munícipe Ricardo Dobrões**, informou que as intervenções teriam que acontecer nas primeiras semanas de Julho, tal como é referido no projeto. -----

O **Presidente da AMVF**, esclareceu tratar-se de um projeto, à semelhança do que está a acontecer em outras cidades, como por exemplo em Bragança e passou a apresentá-lo aos Senhores Deputados (as). -----

O **Deputado Rui Tadeu (CDU)**, disse ter sido apanhado de surpresa e apesar de conhecer o ótimo trabalho que o Ricardo elabora, quis chamar a atenção para duas questões: parece-lhe tratar-se de um tempo demasiado apertado, pois trata-se de arte, de conteúdos e será necessário decidir sobre eles e, por outro lado, considera que o procedimento que deve ser tratado com a CM, pois é uma competência dessa. A sua opinião é de apoio ao projeto, mas parece-lhe que será necessário refletir sobre essas duas questões. -----

O **Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, elogiou a atitude porque não é habitual, por parte dos Municípios, virem à AM propor e apresentar as suas ideias. Para si, é ótimo ser apresentado na AM porque o projeto será amplamente discutido e se fosse em reunião com duas ou três pessoas poderia ser discutido ou colocado na gaveta. Relativamente ao prazo do projeto, não vê qualquer problema pois na próxima segunda-feira, dia de Reunião do Executivo, já poderá haver uma decisão. Pediu à Mesa que fosse dada uma cópia do projeto aos Deputados Municipais, durante a AM, para poderem conhecer melhor o projeto. -----

O **Deputado Joni Ledo (BE)**, disse conhecer o trabalho do Ricardo e sabe das suas capacidades que são reconhecidas pelos Concelhos vizinhos. Aliás, possivelmente, apenas em Vila Flor é que ele não terá murais. A arte urbana começa a ser reconhecida, a ter maior peso e as capitais de Distrito, do Interior do País, estão a começar a apostar nela. Não vê qualquer problema na questão do *timing*, o projeto tem todo o seu apoio, e a AM dever-se-ia unir na sua defesa e em jeito de recomendação propô-lo à CMVF. -----

O **Deputado Hernâni Teixeira (PS)**, considera tratar-se de uma ideia original para o Concelho, apesar de já se encontrarem vários pelo País fora. Em sua opinião dever-se-ia estender o projeto às Freguesias, nomeadamente onde existem cabines elétricas que estão completamente devolutas. Disse estar de acordo com o projeto e que deveria ser apoiado. -----

O **Deputado João Valério (PS)**, referiu que quando ouviu falar do projeto ficou contente com a ideia, até porque é um adepto de *grafites*. Considera que o assunto poderia dar para passar a tarde inteira a discutir a origem italiana dos mesmos, o porquê de ser uma alternativa ao hip-hop, a discutir Bombing ou Crew. É um seguidor curioso e acompanha com particular interesse o que é feito na cidade do Porto nessa matéria. No entanto, a sua intervenção vai no sentido de referir que viu um certo aproveitamento político da situação, o que poderá ter sido mal observado da sua

parte, mas quando o Deputado Pedro Santos referiu que era inédito um Município apresentar as suas ideias na AM, tal não corresponde à verdade, pois já outros o fizeram. A sua Bancada gostaria que não houvesse aproveitamento político da situação e regista com agrado que a “manobra” tenha resultado e que se comece a olhar para os grafites como uma arte. Por princípio, a sua Bancada é a favor de qualquer manifestação de arte, deixa apenas uma ressalva no que toca à mensagem, pois sabe-se que os grafites estão muito ligados a manifestações políticas e essa pode não ser muito consensual. -----

O Presidente da CMVF, disse conhecer o Ricardo desde que nasceu, conhece o seu percurso e a sua intervenção na AM foi inteligente e astuta. Quis, no entanto, dizer que não é verdade que o Ricardo não tem murais em Vila Flor. Em Santa Comba da Vilariça tem vários murais e a CMVF propôs, através da Educadora de Infância, que pintasse uma parede do antigo Jardim de Infância de Vila Flor, sobre a qual recebeu duríssimas críticas, na altura. A CMVF, também, solicitou ao Ricardo que pintasse um dos armazéns, junto à Piscina do Peneireiro, que hoje já não existe devido à construção do novo edifício e ele próprio teve o cuidado de alertar o Ricardo da existência, em Vinhais, da realização de uma exposição sobre o porco de raça bísara na qual deveria participar. O edifício dos Bombeiros de Vila Flor tem pinturas espantosas da sua autoria. Através das intervenções dos Deputados pode dizer que terá a vida mais facilitada relativamente à decisão sobre o projeto, pois se o mesmo fosse apresentado numa reunião a três ou a quatro poderia haver mais dúvidas. Assim, não vê qualquer problema que o projeto seja aprovado na próxima Reunião de Câmara e pode ser considerado adjudicado. Considera que os Deputados passaram “um cheque em branco”, pois defenderam-no sem o conhecerem, mas tal, também, significa que confiam no trabalho do Ricardo. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), sobre a questão do “cheque em branco”, lembrou o Presidente da CMVF que foi eleito para governar e adjudicar as obras. Não percebeu a questão do trabalho estar adjudicado e perguntou se não o iria discutir em reunião de Câmara, se esse não é um órgão Colegial onde os temas são discutidos e as pessoas têm oportunidade para se pronunciarem. -----

O Presidente da CMVF, concretizou que quando disse “um cheque em branco” queria dizer que houve pessoas que, sem verem a proposta, disseram que concordavam com ela. Por tal, e perante a posição da AM onde não ouviu qualquer voz discordante, pode depreender que em Reunião de Câmara será adjudicada. Recordou que a CMVF é das poucas no Distrito que tem Reuniões de Câmara semanais porque a maior parte dos assuntos são lá levados para conhecimento, discussão e apreciação de todos os Membros do Executivo. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

EMISSÃO DE VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR/RECOMENDAÇÕES OU MOÇÕES DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO. -----

O Presidente da AMVF, deu conta do recebimento de um Voto de Pesar, por parte da Bancada do PS, subscrito por todos os Deputados presentes na Sessão “Pelos Vítimas dos Incêndios que atingiram o País” (Anexo I).-----

Votação – aprovado por unanimidade. -----

O Deputado Joni Ledo (BE), apresentou a Moção/Deliberação “Solidariedade com as Vítimas e Bombeiros do Incêndio de Pedrógão Grande” que foi subscrita por todos os Membros da AM (Anexo II). -----

Apresentou, também, um Voto de Pesar “Pelo Falecimento de Alípio e Freitas” (Anexo III). -----

O Deputado Paulo Praça (PS), quis deixar, na dúvida, de que será a última AM do Mandato que decorre, uma declaração política e de natureza pessoal, que a seguir se transcreve: “Foi com muita honra que assumi funções como membro desta AM ao longo dos últimos três mandatos autárquicos. É pois lógico e imperioso que, nesta intervenção de final de mandato, comece por expressar publicamente a minha gratidão pelas atenções a nível institucional e pessoal que recebi de Vossas Excelências, tanto nestas reuniões da AM como nos encontros pessoais que mantivemos ao longo dos últimos anos. E, claro, como diz a canção de Paulo de Carvalho: “Desculpem qualquer coisinha”. Mas quero também efetuar uma reflexão/avaliação com sentido construtivo e com votos de que no próximo mandato esta AM funcione ainda melhor. A colaboração entre a AM e o Executivo nem sempre decorreu conforme o desejável, pelo menos na minha opinião, surgindo até por vezes evidentes clivagens. As naturais tensões e discrepâncias, inevitáveis entre dois polos de poder, foram enfrentadas e superadas num espírito de cooperação leal, o que só pode constituir para nós motivo de júbilo. Essa colaboração permitiu, entre outros, aprofundar a democracia em Vila Flor, evidenciada numa maior transparência da gestão e introduzindo uma maior coordenação e exigência nas políticas municipais. Importa, contudo, de futuro dignificar ainda mais as AM. Pode ser que a Associação Nacional de Assembleias Municipais, entre outras medidas, contribuam para tal. Durante estes anos tentei que a emoção, sempre presente em qualquer dos nossos atos, nunca toldasse a razão que deve presidir a todas as decisões, mas apenas a temperasse. Ao longo do mandato reafirmei sempre, nas minhas intervenções públicas mensagens de: determinação, confiança e esperança, sem nunca deixar de procurar algum sentido crítico mas construtivo. Apesar das minhas limitações profissionais e pessoais (agravadas nos últimos meses) fui obrigado a estar ausente em algumas AM. Contudo, entendi, por coerência com os meus imperativos éticos e morais, que deveria respeitar o mandato. De futuro vou, naturalmente, continuar por Vila Flor onde vivo há 14 anos e atento ao nosso futuro comum. Entre os problemas que se colocam a Vila Flor, aquele que neste momento mais duramente fere a sensibilidade e a consciência dos cidadãos é a atual conjuntura que prejudica fortemente os mais desprotegidos e carenciados, e em especial os jovens. E também menos jovens que para encontrar trabalho são obrigados a rumar a outros destinos em Portugal e no estrangeiro. Para terminar, uma palavra especial, sem desconsiderar nenhum membro deste órgão, para o Sr. Presidente da AM, Sr. Dr. Artur Pimentel, por quem tenho muita estima e consideração, bem como uma saudação calorosa a todos os demais. A todos a confiança necessária no êxito e, conseqüentemente, confiança no futuro. E, acima de tudo, muita saúde. Por fim uma mensagem de que as próximas eleições autárquicas decorram, como é habitual em Vila Flor, com elevado sentido de cidadania e dignifiquem o poder local democrático. Muito obrigado.” -----

O Presidente da AMVF, agradeceu as palavras que o Deputado Paulo Praça lhe dirigiu e concordando em absoluto com toda a sua reflexão, disse-lhe, enquanto Presidente

da AMVF, que Vila Flor não pode perder pessoas com a sua capacidade, inteligência, saber e com a sua forma de estar. Considera-o imprescindível para Vila Flor. -----

O Deputado Artur Pires (PSD/CDS), sobre a tragédia que assolou o País, considera que, naturalmente, ninguém pode ficar indiferente a uma tragédia daquelas e quis acrescentar que se reviu na pessoa do Senhor Presidente da República e no acompanhamento que fez da situação. -----

Quis aproveitar, também, o momento para agradecer a todo o Executivo, particularmente à Vereadora da Educação, que foi incansável no projeto que se desenvolveu este ano com os alunos do 1.º Ciclo, e agradecer-lhes as alegrias que proporcionaram a todos os alunos. Agradeceu a todos os Presidentes de Junta que fizeram muito bem o seu papel e à forma como se interessaram pelas pessoas. Lamentou, apenas, que poucos tenham ido à festa de encerramento do ano letivo, porque perderam um belíssimo espetáculo.-----

A Deputada Berta Carvalho (PS), fez uma reflexão relativamente ao episódio que aconteceu na AM, que todos aceitaram, mas que merece reflexão porque quando se vive em democracia é necessário ter ordem e respeito pelas leis instituídas. Mesmo que detestemos um órgão, ou a cabeça desse órgão, não podemos passar de sobremaneira fácil. Podem ser tiradas várias elações do facto de um Município vir à AM propor trabalho para ele. Não tem nada contra isso, defende o trabalho para os jovens, defende que se deve dar força aos Artistas quando têm qualidade como aquela que foi anunciada. Contudo, o que não pode deixar de dizer sobre a situação, e que considera que não aconteceu por acaso, é que as petições e as dádivas devem ser apresentadas nos órgãos competentes. Gostaria de dizer que o Presidente da CMVF, caso tivesse outra maneira de ser, poderia ter ficado um pouco “entre a espada e a parede”. Tal não aconteceu porque recolhia em si a memória de várias vezes ter convidado o Artista a entregar propostas. Da sua parte, e porque viu no conjunto da AM uma posição de aceitação, bem como por parte de todo o Executivo, uma vez que não viu os Vereadores contra a situação, acabou por aceitar. Contudo, pede alguma moderação na forma como o episódio irá passar para o exterior para que não surja a ideia de que, por um lado, a AM se pode opor ao Executivo sem ser através do que é dito na lei, pelos recursos naturais, através do seu voto e que não fique na cabeça de ninguém que se vier à AM reclamar sobre alguma situação, ela lhe será resolvida. Essa ideia poderá retirar toda a dignidade ao órgão e dar uma imagem de um certo oportunismo. -----

A Deputada Catarina Pizarro de Castro (PSD/CDS), disse ter estado silenciosa, mas não em concordância sem antes ter visto o projeto. Em coerência com o que tem defendido ao longo dos 4 anos do seu mandato, pois na verdade leva Vila Flor a todos os lados com os seus produtos, nomeadamente os produtos da terra, pede ao artista Ricardo que figurem nos seus murais os produtos da terra, pois vê a amêndoa mas não vê o azeite e o vinho. Em sua opinião a situação que aconteceu foi uma espécie de brincadeira que não tem nada que assinar por baixo, pois cabe ao Executivo decidir sobre a situação. Deu, no entanto, os parabéns ao Ricardo pelo trabalho que desenvolve e, ao que parece, lhe é reconhecido, ficou contente por ter trazido à AM a sua ideia, a sua proposta mas deveria ter sido, primeiramente, apresentada no órgão próprio e depois ser discutida e avaliada na AM, exatamente ao contrário do que sucedeu. -----

Enquanto cidadã quis referir-se ao famigerado caminho. Não sabe se o Presidente da CMVF já terá tomado algumas diligências, mas já passaram invernos, verões, o mandato e nada aconteceu. Continua sem resposta, como cidadã, à carta que enviou para o Executivo e sem resposta ao contato com a JF de Vila Flor. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), referiu que, seguramente, deveremos estar na última AM do mandato. A distância permite alguma serenidade e recordou que há quatro anos atrás a última AM do mandato foi feita, praticamente, no mês anterior da data das eleições autárquicas e sentia-se a crispação e os ânimos alterados. Por tal quis falar sobre a intervenção de despedida de mandato do Deputado Paulo Praça e sobre os valores que devem ficar com a política. Referindo-se ao Deputado Paulo Praça, disse que foi na AM que o conheceu e foi nesse órgão que nasceu uma amizade, tal como aconteceu com outras pessoas. A AM é um órgão de afetos, é um órgão onde há discussões, consensos e opiniões que vão convergindo. Disse sentir-se grato por pertencer há 12 anos à AMVF e mais 4 numa Assembleia de Freguesia, fica contente por poder dar o seu contributo à sociedade que o viu nascer. Disse ter-se revisto nas palavras do Deputado Paulo Praça e considera que num órgão como a AM para além do trabalho autárquico, que é necessário fazer, há um humanismo que vem à tona e que cresce entre todos. As amizades ficam e as pessoas ficam. Deu como exemplo dessa amizade o salutar convívio que viveu há poucos dias quando visitaram a Feira de Santarém. -----

No próximo mandato espera estar na AM, será cabeça de lista à AM e resolveu aceitar o desafio que lhe foi colocado pela candidatura com muito orgulho. Há uns meses atrás pensou em fazer uma pausa porque entendia que três mandatos, seja nos órgãos que forem, são o suficiente para que não se caia na habitação e haja uma rotatividade e rejuvenescimento. No entanto, resolveu aceitar o convite e espera ser o próximo Presidente da AM. -----

Referindo-se aos incêndios, quis dar especial atenção a Vila Flor e à época de calor que se avizinha. Enquanto via as notícias sobre Pedrógão Grande muitas vezes se lembrou do Parque de Campismo e pensou como seria trágico se caísse, naquele espaço, uma trovoadas seca. Em sua opinião, o dossier da proteção civil deveria passar, também, para âmbito autárquico/ municipal, pela relação de proximidade e conhecimento que as CM têm das terras e seus proprietários, pelo papel ativo que poderão desempenhar nas localidades, nas proximidades das habitações e estradas. Este verão, considera que não se deveria estar a contar, apenas, com o Governo, mas o Município deveria pensar na possibilidade de ser criado um Posto de Vigia permanente para esta época balnear, junto ao Parque de Campismo e Quinta da Fonte dos Olmos. Devem ser salvaguardas, primeiramente as pessoas e a sua segurança, depois o património que é o cartão-de-visita de Vila Flor, bem como a Quinta que é maravilhosa pela sua beleza natural. -----

Quis, ainda, pronunciar-se sobre a intervenção da Deputada Berta Carvalho, que muito respeita e estima, mas sobre a qual ficou com algumas dúvidas. Primeiramente, quando disse que os Vereadores não se manifestaram, lembrou que os Vereadores apenas estão na AM com sentido de missão. Aliás, se quiserem falar nem o podem fazer sem antes terem a permissão do Presidente da CMVF e por tal não estranhou a posição que tomaram acerca do assunto. Uma vez mais, elogiou a postura do Município por ter vindo à AM expor um assunto/projeto cuja adjudicação é apenas e exclusivamente da competência da Câmara Municipal que, no caso, até poderia nem ser levado à Reunião de Câmara. Sobre o “oportunismo”, espera que não tenha sido

dirigido a si, pois nem sequer conhecia o Município e apenas gostou da sua ação em que veio expor a sua opinião e trabalho. -----

A Deputada Berta Carvalho (PS), referiu que nunca viu na atual CM, ou anterior, qualquer proibição do Presidente da CM quando os Vereadores manifestam vontade de falar e por tal interpretou o silêncio como uma concordância com o assunto. Assim, quis dizer que o Presidente da CM é muito bem, em sua opinião, dado o insólito da situação tomou uma decisão e caso os Vereadores não concordassem com a mesma, pensa que teriam manifestado a sua vontade. No seu horizonte todos devem ser respeitados e os Vereadores, para si, têm muita importância até mesmo quando estão calados ou não. -----

Sobre a atitude do Município, considera que até se poderá pensar na possibilidade de haver um dia para que os Municípios venham apresentar ideias e projetos à AM, mas o que não pode acontecer, no entanto, é apresentar-se algo que ultrapassa uma simples intervenção, quando há uma solicitação e pedido por detrás. -----

O Presidente da AMVF, referiu que a democracia se vai fazendo e Portugal está diferente de há uns anos atrás. O caminho vai-se fazendo e espera que no próximo mandato algumas questões já tenham sido limadas. Na AM, também, se vai caminhando e procurando melhorar. No entanto, apesar de muitas vezes observar os Deputados Municipais a darem os parabéns às intervenções do Municípios, em sua opinião, nunca assistiu a nenhuma intervenção, nesse período, que seja diretamente e, em primeira mão, da competência da AM. Relembrou que a CMVF é das poucas, no Distrito de Bragança, a fazer Reuniões de Câmara semanais, todas elas abertas ao público, onde os Municípios, que têm vindo à AM, poderiam colocar as suas questões, pois é lá que melhor se enquadram. Aliás, os próprios Deputados da AM, dizendo que estão a intervir enquanto cidadãos, defendem questões particulares que deveriam ser abordadas junto da CMVF. -----

Sobre a ideia dada pela Deputada Catarina de Castro, referiu não concordar que o Ricardo Dobrões faça um trabalho a pensar nos produtos da terra, deve-se deixar que a sua criatividade surja naturalmente. -----

O Deputado Rui Tadeu (CDU), quis esclarecer que na penúltima AM, a sua Esposa veio colocar uma questão muito central que diz respeito à AM porque se esgotou, ao longo de 17 anos, o contacto com a CMVF. Considera que o Presidente da AM não foi justo na observação que fez porque quando os Deputados falam acerca de questões pessoais, fazem-no porque já esgotaram todas as outras vias e o tempo já foi sobejamente ultrapassado. -----

Sobre a intervenção da Deputada Berta Carvalho, apenas pode dizer que a considerou uma lição de ética. -----

Aproveitou, ainda, o tema “painéis” para se referir aos que foram colocados desde a realização da última AM e que dizem: “Parque Natural do Vale do Tua”. Perguntou que território era aquele antes da intervenção da Barragem. Relembrou a forma conturbada como a mesma foi aprovada e as diferentes posições que os Presidentes de Câmara de então tomaram, nomeadamente o Dr. Silvano que era totalmente contra a construção da Barragem, caso não fosse construída à cota 190, e hoje, surpreendentemente, é Presidente da Associação. O Dr. Artur Cascarejo, que dizia que a cota não era bem um problema, pois interessava resolver mais outras questões e é hoje o Presidente do “Parque Natural do Vale do Tua”, bem como o Ex- Presidente da Câmara de Murça que, também, é um cicerone na Associação. Todos eles são Autarcas

reformados e desempenham papéis na Direção e Presidência da Agência. Ficou surpreendido com os painéis porque os considera contraditórios e repletos de uma certa hipocrisia. Em sua opinião, antes da agressão que o território sofreu com a construção da Barragem é que fazia todo o sentido colocar os painéis e terem protegido o Parque Natural do Vale do Tua, que sempre existiu, e que deveria ter sido mantido natural aquando da decisão de não construir a Barragem à cota 190. Para si, há um certo oportunismo político da situação e há, também, uma adjudicação ao monopólio do “Douro Azul”, do projeto da mobilidade. Considera que a “Agência de Desenvolvimento Regional do Tua” não deveria ter deixado de ter nas suas mãos o desenvolvimento, passo a passo, da mobilidade e agenciar, localmente, um barco que pudesse ser gerido e controlado por perto para que parasse localmente em vários sítios e fosse organizado um plano estratégico de turismo. Toda a situação lhe parece estar repleta de um certo facilitismo que lhe custa a aceitar, principalmente quando na gestão há pessoas com experiência que não deveriam deixar escapar o dinheiro e as possibilidades que o projeto envolve. -----

O Presidente da AMVF, explicou que não se quis referir à Esposa do Deputado Rui Tadeu porque a mesma se dirigiu diversas vezes a si, enquanto era Presidente de Câmara, para resolver a situação do caminho. -----

Passou a palavra ao Presidente da União de Freguesias de Vila Flor e Nabo no seguimento da intervenção da Deputada Catarina de Castro.-----

O Presidente da União de Freguesias de Vila Flor e Nabo- José Almeida (PS), esclareceu que o referido caminho já existe há muitos anos e não é utilizado há mais de 40 anos. Não querendo usar tal como desculpa para o facto de o terreno não ser limpo, mas recorda-se que quando se casou, há 46 anos, utilizou esse caminho para ir à “Quinta do Ataíde” e já existia lá a conduta que levava a água para as pocilgas da Quinta. Referiu que o ano passado tinha combinado com o Presidente da CMVF resolver a situação, até porque o caminho, de não ser utilizado há tanto tempo, já tinha árvores de grande porte. Explicou que, na altura, recebeu uma chamada de um Senhor que tem naquela zona uma plantação de olival, de uma empresa de Bragança, que referiu precisar de limpar o caminho para ter melhor acesso ao olival. Verbalmente, perguntou-lhe se o podia fazer. Na altura, respondeu que dada a urgência, e apesar de ser intenção da Junta proceder à sua limpeza, o poderia fazer, entendendo, como tal, a desmatagem das árvores e arbustos. No dia seguinte, ligou-lhe um Engenheiro da “Quinta do Ataíde” a dizer-lhe que o tal Senhor tinha colocado uma máquina de grande porte no caminho e tinha rebentado a conduta que transportava a água. Quando se deslocou ao local, com o Fiscal da CMVF, verificou que a conduta estava rebentada e que tinha arrancado à volta de 600 metros de tubo. A situação originou um processo em Tribunal e já foi testemunha no mesmo. Há pouco tempo, o mesmo Senhor fez um pedido à Junta de Freguesia para colocação de uma nova conduta desde a Ribeira até à “Quinta do Ataíde”. A JF respondeu que autorizava a colocação da conduta, foi-lhe enviado um termo de responsabilidade para assinar, em como se responsabilizava pelos possíveis danos e que a mesma deveria ser colocada a, pelo menos, 80 cm de profundidade. -----

Contudo, já combinou com a Empresa “Silvidouro” a limpeza do referido caminho. Como a JF tinha disponibilizado uma sala à Empresa para formação, resolveram fazer como que uma permuta de serviços. Esperam, no entanto, a resolução do processo em Tribunal para poderem avançar com a limpeza. -----

A Deputada Catarina Pizarro de Castro (PSD/CDS), perguntou há quanto anos lhe enviou a carta para a Junta de Freguesia. Compreende o que lhe explicou mas não tem resposta para os anos que já passaram, pois, seguramente, já passou de uma década.--
O Presidente da CMVF, referiu concordar por inteiro com a intervenção do Deputado Paulo Praça e que o momento deve ser de reflexão, dever-se-á ter orgulho no que foi feito e reconhecer que nem tudo foi alcançado, mas houve sempre boa intenção. Considera que o Deputado Paulo Praça faz falta à AM, a Vila Flor e que os seus 14 anos de permanência se devem prolongar por muito mais. Sabe que os últimos tempos não têm sido fáceis ao nível da sua saúde, mas sabe e espera rápida recuperação. Saudou-o com amizade. -----

Sobre a intervenção do Deputado Artur Pires, partilhou que, antecipadamente, combinaram as atividades para que pudessem ser levadas a Conselho Pedagógico, nomeadamente a viagem de final de ano, à “Magicland”, de todo o 1.º Ciclo, que na altura da sua programação, também, incluía os Jardins de Infância, à qual mais tarde não aderiram. Sobre a festa de final de ano, à qual assistiu, disse ter gostado muito e elogiou o empenho dos Alunos, Professores e todos os envolvidos. Agradeceu, assim, as palavras de reconhecimento do Deputado, pois todas as Instituições se empenharam para que tudo funcionasse. -----

À Deputada Berta Carvalho, disse conhecer o Ricardo Dobrões há muitos anos, desde que nasceu, ele é de Santa Comba e é particular amigo dos seus Pais. O facto de ter vindo à AM colocar o assunto e ter tido a receção que teve, acabou por lhe facilitar a vida na aprovação do projeto e sentiu-se particularmente confortável quando disse que o trabalho estaria adjudicado. -----

No que respeita à intervenção da Deputada Catarina de Castro, considera que no que toca às sugestões que fez para os painéis/murais se deveria deixar ao critério do artista a mensagem e os conteúdos que quer colocar nos mesmos. -----

Sobre o terreno, é de opinião que o Presidente da Junta José Almeida já explicou a situação e relembrou que os caminhos, atualmente, são mais da responsabilidade das JF do que das CM, por lei. Nesse particular, a CMVF nunca se retirou e desresponsabilizou da situação mas tudo tem sido feito de acordo com as possibilidades. -----

Sobre a “Feira de Santarém”, referida pelo Deputado Pedro Santos, partilhou que foi um convívio excelente, gostaria que a visita tivesse uma participação maior e que os órgãos estivessem mais representados. -----

Relativamente aos incêndios, considera que deve haver calma e ponderação quando se aborda a questão. Nunca fugiu de nenhuma situação de incêndio e está sempre atualizado quando há qualquer ocorrência no Concelho. Claro, que o Parque de Campismo, também o preocupa e foi por isso que decidiram, há cerca de um mês, fazer uma faixa de proteção à volta de toda a Quinta e uma outra, no interior da rede, com 25 metros e no exterior, em terrenos que já nem pertencem à CMVF. É claro que o infortúnio e a malvadez, por vezes, acontecem e partilhou que em dois anos seguidos houve um incêndio, no mesmo dia (14 de Agosto) e à mesma hora, perto do Parque de Campismo. Nessa data, estava sempre na Festa de Nossa Senhora da Assunção e recorda-se que largava tudo e ia para lá. O ano passado, nesse dia era a inauguração da Capela no Santuário e avisou as Autoridades para que estivessem vigilantes e preparadas para qualquer eventualidade e por acaso não aconteceu nada. Relativamente à proposta de vigilância, considera que é fácil dizê-lo mas por vezes não



é assim tão fácil fazê-lo. Trouxe à AM uma proposta para a constituição de uma segunda equipa de Sapadores, que foi aprovada, no entanto o ICNF ainda não autorizou a transferência desses Sapadores. Considera lamentável a atitude do ICNF que nem sequer respondeu à solicitação da CMVF e posteriormente já foi feita uma nova candidatura de equipamentos que não foi aprovada. A esse respeito, e tal como é dito no documento da atividade municipal, a CMVF pretende adquirir uma máquina de rastos, até ao valor de 75 mil euros, através do protocolo celebrado com a ADRVT. -----

Sobre o “Parque Natural Regional do Vale do Tua”, explicou ao Deputado Rui Tadeu que na proposta da CMVF, aquando da discussão pública para a construção da Barragem foi dito, claramente, que a CMVF era totalmente contra a construção da Barragem à cota de 170. As cotas 180 e 195, em discussão, interessavam à CMVF pois sabia que aquilo que está, atualmente, a ser feito em Abrunheda passaria para Vila Flor. Quis corrigir o Deputado Rui Tadeu e dizer que o anterior Presidente de Mirandela, Dr. Silvano, sempre foi contra a construção da Barragem e nunca decidiu sobre qualquer cota. Informou que o Dr. Artur Cascarejo não é funcionário da ADRVT, é Diretor do “Parque Natural Regional do Vale do Tua”, o que é diferente. Informou que o Dr. João Teixeira nunca foi contratado pela Agência. Inicialmente era pago pela EDP, por prestar serviço no CAV (Centro de Apoio ao Visitantes) e no último contrato, que irá até Agosto, desempenha funções na Agência, mas continua a ser pago pela EDP. Disse fazer questão de esclarecer o assunto, para que não restem dúvidas e aproveitou para esclarecer, quanto ao “Douro Azul”, que uma das medidas de compensação mais importantes para o Vale do Tua, à qual a própria “Unesco” deu cobertura e demonstrou que seria imprescindível, foi o projeto da mobilidade que trazia agarrado a si um valor de 10 milhões de euros e que, entretanto, a EDP já passou para 11 milhões de euros. A “Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua” assumiu a liderança desse projeto, foi aberto um concurso público internacional e antes de ser elaborado o caderno de encargos foi feito um périplo com vários operadores de barco da Região, no sentido de os cativar e motivar para o mesmo. No entanto, o concurso foi aberto e ficou deserto. O responsável pelo cumprimento da DIA (declaração de impacto ambiental) não é a Agência, pois esta é um veículo de coordenação e pressão, mas quem é obrigado a cumprir o que está estipulado na DIA é o próprio construtor da Barragem e após o concurso ter ficado deserto, foi a EDP que negociou com o operador. A Agência, por si só, não tem capacidade, nem meios humanos para cativar visitantes e turistas. Acrescentou que o barco já chegou, os cais estão todos construídos, o comboio/locomotiva já está fabricado, há negociações com o metro de Mirandela para, caso seja necessário, o pessoal que está licenciado e certificado possa operar na linha e foi pedida uma reunião com o Ministro do Ambiente e das Infraestruturas para se resolver toda a carga burocrática de licenciamento e certificações que o projeto implica. -----

O Primeiro Secretário da Mesa – Abílio Evaristo, a pedido do Presidente da AMVF leu o voto de pesar pelo falecimento de Alípio de Freitas. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), disse ter hesitado em intervir pois um voto de pesar não deverá ser discutido e não o fará. Contudo, apenas queria dizer que se a AM fizer votos de pesar por todos os Transmontanos, que não são de Vila Flor, que têm valor e importância considera que o âmbito e entendimento da AMVF poderão ser postos em causa. É de opinião que a AMVF se deverá concentrar no seu âmbito. -----

O Presidente da AMVF, colocou-o a votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS-----

Não houve nada a registar neste período.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO NÚMERO UM-----

EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL.-----

APROVAÇÃO DE ATA.-----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), fez alguns reparos nas suas intervenções, nomeadamente na página n.º 4 substituir “ARS” por “ULS”, na página n.º 9 substituir “nomeação” por “eleição” e por fim na página n.º 15 falta acrescentar que as contas estão dotadas de fé pública ou certificadas.-----

O Deputado Rui Tadeu (CDU), não fez nenhum reparo à ata mas quis referir-se a propósito do que é dito na página n.º 13, acerca do “Cabeço da Mina”, pois na altura não concordou muito com a ideia de se esperar pela resposta da Direção Regional de Cultura porque a CMVF tem serviços de fiscalização e como se trata de território do Concelho tem legitimidade para atuar. Perguntou se a CMVF já fez algo nesse sentido e, se nada foi feito, considera pertinente a atuação por parte dos serviços municipais. -

O Presidente da AMVF, colocou a votação a Ata Número Vinte que foi aprovada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.-----

O Presidente da AMVF, deu conta da distribuição da informação obrigatória relativamente aos encargos plurianuais aprovados pela AM, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, dos pagamentos efetuados até 29/06/2017.-----

PONTO NÚMERO DOIS-----

TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO.-----

Não houve nada a registar neste ponto.-----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO NÚMERO 2, ALÍNEA C) DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO.-----

O Deputado Artur Pires (PSD/CDS), referiu que o momento atual é de balanço e o relatório de atividade é uma prova disso. É de opinião que foram feitas algumas obras, mas muitas outras ficaram por fazer de modo a que se pudesse afirmar que o caderno eleitoral tinha sido cumprido. Algumas obras foram concluídas, como é o caso das obras da Piscina que devem ter tido alguns custos acrescidos para que o prazo fosse cumprido com aquela celeridade.-----

No que respeita ao Mapa de Pessoal, apesar de saber que haverá um ponto na ordem de trabalhos sobre o mesmo, quis deixar a sua opinião/questões nesse momento. Disse ficar contente por verificar que o Mapa de Pessoal irá ser alargado, aliás, só peca por ser tardio. Verificou que está prevista a entrada, por contrato a termo indeterminado, para os Professores de Educação Física que lecionam nas AEC e perguntou porque não está, também, prevista a entrada dos Professores de Inglês e Educação Musical que, também, já são áreas de enriquecimento curricular. Perguntou, também, sobre as Assistentes Operacionais, pois são necessárias permanentemente e

continuam a ter uma forma deficitária de empego. Perguntou quantas pessoas irão entrar para o quadro permanente da CMVF e para que cargos. -----

Disse ficar contente por a ciclovia, junto à Piscina, estar quase concluída e também leu que está adjudicada a parte mais próxima da Vila. Lembrou que essa era uma questão que estava no programa eleitoral da Coligação, há quatro anos, tratada com o Proprietário dos terrenos e por tal não constitui uma novidade para a sua Bancada. –

Finalmente, quis deixar uma palavra sobre a limpeza urbana. Disse que tem por hábito ir caminhar, todos os dias, ao final da tarde e tem reparado que algumas ruas estão repletas de ervas que urgia limpar. -----

Referiu ficar feliz ao ver o ritmo das obras do “Centro Escolar” e que tal permitirá terminar as obras no prazo previsto. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), recordou que a sua Bancada apresentou várias propostas/moções ao longo do mandato. Perguntou qual o ponto de situação relativamente ao “galheteiro” e da ideia de essa ser a imagem dinamizadora da economia local.-----

Perguntou, também, acerca de uma proposta/moção que apresentaram para a constituição de uma “Universidade Sénior”, aprovada por unanimidade, e gostaria de saber se o assunto mereceu discussão e medidas por parte do Executivo ou se ficou parado. -----

Gostaria de saber o ponto da situação acerca da Moção que, também, foi apresentada em Reunião de Assembleia da CIM-TTM sobre a remoção dos escombros do incêndio da AIN/MIC e se continuam a ser as CM de Vila Flor e Mirandela a suportar esses custos ou se já há outras intervenções, nomeadamente da CIM-TTM, CCDRN e Governo. -----

Alertou para a qualidade da água e energia no Concelho de Vila Flor. Sobre a qualidade da água contou um episódio que se passou consigo há sensivelmente duas semanas em que a água que saía da torneira estava castanha. Ficou triste com a situação e pondera que até possa ter havido alguma limpeza ou interrupção, mas não foi a primeira vez que tal lhe aconteceu. Considera que deve haver algum cuidado, pois se pretendemos combater a desertificação ou valorizar o nosso território para se viver, não se pode ter água castanha e falha de energia várias vezes, todas as semanas. Estas duas questões são, no seu entender, obstáculos ao desenvolvimento por serem questões básicas ao quotidiano das pessoas. Considera que o Executivo deveria analisá-las e incutir responsabilidades a quem de direito. -----

No relatório da atividade municipal é referida a obra “Centro de Arte Graça Morais”. Como essa obra já tem duas décadas de promessa, gostaria de saber qual o ponto da situação e, sobre o orçamento previsto - um milhão e setecentos mil euros, quis saber para que se destina e o que engloba. Disse saber que desse orçamento, quatrocentos mil euros estão assegurados pela EDP, cento e cinquenta mil euros através da “Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua” e pretende saber como tenciona a CMVF assegurar os restantes - um milhão e cento e cinquenta mil euros, isto é, se vai ser através de candidaturas ou se será um valor assumido, na totalidade, pela CMVF.-

O Presidente da JF de Vale Frechoso- José Carmino (PS), perguntou ao Presidente da AMVF se não tinha recebido um convite da JF de Vale Frechoso e aproveitou para lembrar aos Grupos Parlamentares o convite que, também, lhes endereçou e como os gostaria de ver presentes. -----

Sobre a construção da “Barragem do Tua” disse ter sido sempre contra a sua construção e sobre a cota sempre foi de opinião que deveria ser construída à cota máxima. Considera que na denominação “Agência Regional do Parque do Vale do Tua” deveria constar uma referência ao “Reino Maravilhoso”, de Miguel Torga e aproveitou para sugerir ao Ricardo Dobrões que, nas obras que propõe, faça referência aos “Bichos”, de Miguel Torga. -----

Sobre a atividade municipal, quis referir uma obra importante que a CMVF em conjunto com a JF de Vale Frechoso realizaram. Trata-se de uma obra que irá ficar para a história e valorizará muito Vale Frechoso. Agradeceu ao Executivo. -----

O Deputado Rui Tadeu (CDU), sobre a atividade municipal, disse ter dois apontamentos, mas um deles, AIN, já foi colocado, nos termos que pretendia, pelo Deputado Pedro Santos. -----

Seguidamente leu uma missiva que enviou à “Agência Português do Ambiente” (APA), no passado mês de Fevereiro, cujo assunto é a poluição hídrica, seguidamente transcrita: “A CMVF disseminou ao longo de alguns anos, um conjunto de equipamentos nas diversas aldeias do Concelho que, pomposamente, designou de ETAR. Ora, tais equipamentos, ou não funcionam ou não cumprem os mínimos requisitos de funcionamento, pois a jusante de tais equipamentos é possível constatar fatores de poluição das águas em terrenos e em cheiros inadmissíveis. Tal situação é genérica aos equipamentos instalados com alguma exceção com a ETAR instalada na sede de Concelho. Como exemplos paradigmáticos e por economia de relato sugiro que esses serviços verifiquem as ditas ETAR das Freguesias de Assares e Santa Comba da Vilarica.” Referiu que até ao momento, não tinha recebido qualquer resposta e acrescentou que se dirigiu à APA porque já tinha colocado as mesmas questões, há muito tempo, à CMVF. -----

A Deputada Catarina Pizarro de Castro (PSD/CDS), disse haver algumas questões que a preocupam, sob o ponto de vista de prevenção do ambiente. As bermas das estradas e os caminhos que são limpos, normalmente, em Agosto. Perguntou se em 2017 irá haver prevenção antes desse mês. -----

Como se está em fim de mandato, gostaria de fazer um breve resumo sobre atividade municipal que engloba a agricultura, promoção do Concelho, desertificação, abertura de um Gabinete ao Cidadão e outras questões práticas do dia-a-dia. Estes fatores preocupam-na sobremaneira e calcula que ao Presidente da CMVF também, pois pela primeira vez foram feitas, realmente, ações de promoção e com certeza que o seu Grupo Parlamentar terá algum mérito nesse aspeto, pois tantas vezes falou sobre esse tema que chegou a uma altura que foram ouvidos. -----

Afirmou que quando se é consistente, coerente e se gosta do Concelho de uma forma livre, acaba-se por ver alguns dos desejos executados pela CM e, portanto, agradece por o Presidente da CMVF ter executado alguns deles. Fica realmente feliz, por este Executivo ter olhado para o desenvolvimento local de uma forma honesta e séria e espera, venha quem vier a ganhar as próximas eleições, que continue a fazer e a apostar nesse trabalho. -----

O Presidente da União de Freguesias de Assares/Lodões – Fernando Passeira (PSD/CDS), referiu não estar de acordo com o que foi referido pelo Deputado Rui Tadeu, no que toca à ETAR de Assares. Acontece, esporadicamente, uma fuga provocada por pequenos incidentes que, por vezes, demora algum tempo a ser

composta. Tirando isso, não vê qualquer problema no funcionamento da ETAR e admira-se pelo facto de o Deputado nunca lhe ter comunicado o assunto. -----

O Presidente da CMVF, sobre as obras no Complexo Turístico, recordou o Deputado Artur Pires que na última AM pôs em questão se as obras terminariam no prazo previsto. Na altura, respondeu-lhe que iria fazer todos os esforços para que as obras terminassem próximas do prazo previsto. Agora, sentiu, por parte do Deputado, uma insinuação de que as obras teriam custado mais dinheiro. Tal não corresponde à verdade, pois nas questões de gestão é intransigente com os orçamentos em tudo o que a CMVF faz, seja qual for a área de intervenção. -----

Sobre o Mapa de Pessoal disse preferir falar na altura em que o ponto for discutido. Acerca dos Professores de Educação Física, tal como foram referidos pelo Deputado Artur Pires, lembrou que a CMVF tem Técnicos de Educação Física a trabalhar nas AEC, Piscina Coberta e Descoberta. A abertura do concurso não pressupõe mais gastos para a CMVF, pois já estão a tempo inteiro. Mas, com a abertura de concurso não pode garantir que sejam eles os integrados, pois concurso é concurso. Sobre as AEC de Inglês e Música, recorda que elas foram tratadas de forma diferente pelos vários Governos e, por tal, a CMVF, também, as enquadrou de forma diferente. Apelou, no entanto a alguma serenidade, principalmente pela altura que atravessam e espera que a alteração ao Mapa de Pessoal venha a responder a algumas questões colocadas pelos Deputados e que melhore a capacidade de resposta da CMVF. Por outro lado, também, não podem esquecer que durante vários anos houve muitas limitações às contratações na Função Pública e agora é necessário ter alguma calma, mas pensa que a proposta presente na ordem de trabalhos será uma boa proposta. -----

Sobre a ciclovía, referiu que se fazia parte do programa eleitoral da Coligação, também, fazia parte do seu. As negociações foram feitas com este Executivo, mas não quer fazer disso uma bandeira. Uma vez mais quis deixar uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos proprietários que, de forma gratuita, permitiram a intervenção que está a decorrer. -----

Sobre as obras nomeadas como “Centro Escolar”, esclareceu que não é “Centro Escolar”, é “Escola Básica de Vila Flor” para substituir a Escola N.º 1 de Vila Flor e os dois Jardins de Infância. Considera que essas imprecisões na linguagem não devem ser feitas, sobretudo, vindas de um Professor porque a designação de “Centro Escolar” implicaria que as outras Escolas do Concelho fechassem. Se houver alguma indicação nesse sentido do Ministério, opor-se-á. -----

Sobre a limpeza das ruas, reconhece que é preciso melhorá-la, mas a altura, também, é propensa ao crescimento de ervas. O mesmo acontece com a limpeza das bermas e caminhos referidos pela Deputada Catarina de Castro. -----

Sobre o “galheteiro” referido pelo Deputado Pedro Santos, informou que a imagem que apresentou à AM já evoluiu e já há um caderno onde constam todas as formas em que a imagem poderá ser usada e já foi registada. O Arquiteto propôs a construção daquela imagem numa rotunda, poderá e deverá ser analisada mas terá que se fazer um orçamento. No entanto, é preciso ver que as rotundas ainda não são propriedade da CMVF, será preciso aguardar que a ASCENDI proceda à sua entrega. Mesmo depois da sua entrega terá que ser escolhida uma rotunda e, quanto a isso, é preciso ter em conta que há regras rodoviárias no que toca à colocação de imagens fixas nas mesmas. Sobre a “Universidade Sénior”, compreende a sua importância, chegou a falar com algumas pessoas sobre o tema, mas considera que o movimento deve nascer da

Sociedade. A CMVF acolherá e abraçará a ideia com toda a certeza. Sabe que Vila Flor tem pessoas aposentadas e outras com muito valor, que poderão dar o seu contributo para que a ideia nasça, mas não pode ser a CMVF a movimentar tudo sozinha. Está disposto a discutir propostas e implementar novas ideias. -----

Da retirada de escombros da AIN, informou que continuam a ser removidos. Foi apresentada uma candidatura à qual ainda não houve resposta. Já levantou essa questão ao Eng.º Ricardo Magalhães, Vice-Presidente da CCDRN, e transmitirá as mesmas dúvidas ao Ministro do Ambiente, aproveitando uma reunião que irá acontecer em breve. Contudo, a resolução da situação dependerá sempre de terceiros e por tal será necessário esperar para que haja desmultiplicação de esforços. -----

Sobre a qualidade da água e energia, sobretudo no que toca à água, pensa que o acontecimento terá sido pontual. A qualidade da água tem melhorado substancialmente em todo o Concelho. As “Águas do Norte” recolhem a água nas albufeiras do Mourão, Valtorno e Peneireiro, tratadas na ETA e distribuídas pelas localidades onde a rede chega. Confessou que tem feito sentir, junto da Administração das “Águas do Norte”, principalmente nos últimos 2 meses, que a ETA de Vila Flor precisa de intervenções para garantir que haja uma melhor qualidade e quantidade no abastecimento de água, principalmente nas alturas de picos. -----

Relativamente aos problemas elétricos, partilhou que teve uma reunião com o Diretor do Centro de Distribuição de Bragança, na qual o informou que alguns dos problemas que surgem no Concelho de Vila Flor têm a ver com a subestação do Pocinho e do mau estado em que se encontra a linha de distribuição. A boa notícia que lhe deu foi que irá haver uma nova subestação do Pocinho, que se irá chamar de “Açoreira”, terá um investimento aproximado de quatro milhões de euros e será feito até ao final de 2017 ou no 1.º trimestre de 2018. O projeto contempla cinquenta e duas ações, das quais 21 são em Vila Flor. A distribuição irá ser feita em anel, o que permitirá que Vila Flor possa ser abastecida por outras subestações em alturas de falhas de energia e será, também, minimizada a questão das descargas atmosféricas. Por outro lado, lembrou que a EDP, também, tem feito algum investimento na substituição, em todo o Concelho, de lâmpadas de mercúrio por lâmpadas led, remodelaram a rede que vai desde a Praça da República/Volta dos Triste /S. Sebastião, entre outros trabalhos. -----

Explicou ao Deputado Pedro Santos que o “Encontro das Artes Graça Morais” não irá custar um milhão e setecentos mil euros. Esse valor diz respeito a duas intervenções: o “Encontro das Artes Graça Morais” e a “Praça da República”, cujo projeto foi candidatado à PARU que contempla um investimento de FEDER de novecentos e dois mil euros, sendo seiscentos e sessenta e um mil para o “Encontro das Artes Graça Morais” e quatrocentos mil para a “Praça da República”. A maior parte das vezes torna-se necessário planear sem haver projetos, pois os Quadros Comunitários têm um tempo e os projetos, outro. Mesmo assim, não se andou muito longe, pois o “Encontro das Artes Graça Morais” tem um financiamento de 85%, de seiscentos e sessenta e um mil euros. Portanto, para um milhão e duzentos mil euros (com IVA), valor estimado pelo projetista, haverá uma diferença que irá ser colmatada com os quatrocentos mil euros líquidos da EDP. -----

Sobre a “Praça da República”, explicou que o valor financiável é de quatrocentos mil euros. O projeto já veio e ronda os quinhentos e cinquenta mil euros, para o qual terão que abrir concurso. Todas as obras que enunciou não irão hipotecar a CMVF, todas elas irão ser financiadas e por isso é que demoraram algum tempo a ser feitas. -----

Esclareceu, ainda, o Deputado Pedro Santos relativamente aos cento e cinquenta mil euros comparticipados pelo “Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua” que têm um destino muito próprio para a compra de uma máquina de rastos, até ao valor de setenta e cinco mil euros e o restante será distribuído no arranjo de dois acessos: Freixiel até à albufeira e a ligação Ribeirinha/Vilarinho das Azenhas. -----

Sobre as ETAR, disse ao Deputado Rui Tadeu tratarem-se de ETAR compactas e, por tal, não funcionarem na sua plenitude. Inclusivamente já pediu orçamento a uma empresa para fazer a sua manutenção, acompanhamento e verificarem o que falha. No entanto, considera que uma das principais falhas que existe nas ETAR é a qualidade do efluente e gostaria de poder fazer obras, em algumas delas, para colocação de um gradeamento que impossibilitasse a entrada de algum material (grossos e areias) que vêm no efluente. -----

Agradeceu, com sinceridade, o facto de a Deputada Catarina de Castro ter reconhecido a importância de se participar em Feiras para a maior visibilidade de Vila Flor, tal como aconteceu com outras atividades: vinda da televisão, a Seleção de Voleibol e de Futsal. Não concorda, no entanto, quando a Deputada referiu que o fez porque ouviu os conselhos da Coligação. Fê-lo porque acharam que esse era o caminho e porque se todos juntos pegarem na bandeira de Vila Flor ela irá mais alto e será mais forte. -----

O Deputado Artur Pires (PSD/CDS), disse não ter percebido muito bem o tom da resposta do Presidente da CMVF. Afirmou praticar a lisura, tal como sabe que o Presidente da CMVF o faz. Referiu ter feito um a pergunta leal para obter uma resposta leal. Sabe que a obra foi feita pelo terceiro orçamento e apenas gostaria de saber o porquê. -----

Sobre os concursos/contratos para os Professores de Educação Física, também, nunca disse que estavam encomendados para as pessoas que lá trabalham. Apenas se referiu aos seis lugares que inevitavelmente traduzem pessoas e quis, também, chamar a atenção para a importância das restantes AEC. -----

Sobre a chamada de atenção que lhe fez acerca da utilização do termo “Centro Escolar” referiu que, mais tarde, quando abrir logo se verá. Acerca da imprecisão, referiu que, também, nunca valorizou a forma incorreta como se referem às AEC, elas não são “atividades extra curriculares”, mas de enriquecimento curricular. -----

O Deputado Rui Tadeu (CDU), referiu ter ficado satisfeito com a resposta do Presidente da CMVF acerca das ETAR por ter denotado que, efetivamente, tem isso como uma preocupação. Quis esclarecer, relativamente à gestão das linhas de água, que essa não deve ser feita pela CMF ou Junta de Freguesia. A gestão e fiscalização devem ser feitas pela APA, é a ela a quem nos devemos dirigir quando algo acontece e a sua questão foi feita de forma construtiva, para melhorar o funcionamento das mesmas. Considera que existem erros crassos nas ETAR que urge resolver e que são significativos, isto é os valores não serão assim tão pequenos e implicarão, por parte da CMVF, a realização de candidaturas, muito provavelmente, para a realização de obras. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), em defesa da honra da sua Bancada, relativamente à resposta que foi dada à Deputada Catarina de Castro na desvalorização do seu contributo na implementação de algumas medidas pelo Executivo, perguntou o que seria da AM sem a Bancada da Coligação. -----

O Presidente da CMVF, explicou ao Deputado Artur Pires que as obras da Piscina não ficaram mais caras. Houve um concurso, ao qual concorreram várias empresas. A

Empresa que ganhou o concurso para as obras no edifício de entrada da Piscina foi a “Capsfil” e quando iniciavam os preparativos para assinarem o contrato chamou a atenção da Empresa para a necessidade de cumprir prazos e a “Capsfil” não garantiu esse facto. Quando consultaram o segundo classificado no concurso, a “Ferreira e Viana”, que tinha ganho o concurso para a remodelação do Bar/Restaurante, também, não garantiu que o prazo de entrega da obra fosse cumprido. Tanto uma Empresa como a outra, com muita responsabilidade, depois de terem tentado subempreitar a obra assumiram que a não conseguiriam entregar naquele prazo. A CMVF teve que se inclinar para o terceiro lugar do concurso, por forma a garantir o prazo e a diferença de preço que existe tem a ver, precisamente, com esse facto, tal como está descrito nas atas de Reunião de Câmara. -----

Pedi desculpa para o facto de, eventualmente, poder ter dito algo de forma menos própria que tenha incomodado o Deputado Artur Pires. -----

Ao Deputado Rui Tadeu, disse que as ETAR são uma preocupação séria do Executivo e considera as obras nas entradas dos efluentes fundamentais e uma prioridade. Em algumas ETAR essas obras já estão a ser feitas, como é o caso de Freixiel, mas em outras terão que ser, tal como referiu o Deputado, integradas em candidaturas. -----

O Deputado André Ferreira (PSD/CDS), a propósito de programas eleitorais não cumpridos quis pedir um esclarecimento relativamente à “Quinta Pedagógica” que não sabe onde se localiza. Sobre as obras no Complexo do Peneireiro, uma vez que o prazo para a realização das mesmas era apertado e iria significar mais gastos, perguntou porque é que não se esperou e se fizeram mais tarde. -----

O Presidente da CMVF, explicou que há momentos, na vida de um Concelho, que são irrepetíveis, em que é preciso apostar e ter coragem para o fazer. Lembrou que a CMVF, em Outubro de 2016, ficou com quatro concessões livres e teve que decidir se fazia obras, o que poderia implicar atrasos significativos para a abertura da época balnear, o que não aconteceu, ou se voltava a adjudicar os espaços sem efetuar as obras e esperava entre oito a dez anos para as poder voltar a realizar. Foi aconselhado por muita gente a não fazer as obras porque era ano de eleições e podia “queimar-se”. Decidiu, no entanto, avançar e dia 24 de Junho a Piscina abriu com todas as condições e todas as concessões foram alvo de um processo concursal isento, público, sem reclamações e que admirou a todos a forma como os concorrentes lutaram pelas concessões. Tal significa que os espaços estavam com condições ótimas e havia muita perspectiva de negócio.-----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR E A EDP - GESTÃO DE ENERGIA, S.A., NO ÂMBITO DO FINANCIAMENTO DO PROJETO "ENCONTRO DE ARTES GRAÇA MORAIS". -----

Não havendo inscrições o Presidente da AMVF colocou o Ponto Número Quatro a votação. -----

VOTAÇÃO -----

O Ponto Número Quatro foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE: ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS; ESTATUTOS DA ANAM E PAGAMENTO DA QUOTA ANUAL. -----

O Presidente da AMVF informou que o assunto já foi a Reunião de Câmara, onde foi aprovado e pediu aos Deputados Municipais para colocarem as suas dúvidas/pontos de vista. -----

O Deputado Rui Tadeu (CDU), considera que a proposta de criação da ANAM é uma redundância porque já existe a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) que inclui as Câmaras Municipais e Assembleias Municipais. Por outro lado, existe a ANAFRE que, também, é um órgão que representa os Executivos das Juntas e das Assembleias de Freguesia. Portanto, considera que já existe representatividade formal na ANMP e ANAFRE e a criação da ANAM não lhe parece necessária e, pelo que leu, não ficou convencido da utilidade do órgão. -----

O Deputado Joni Ledo (BE), referiu que após a leitura do documento pode afirmar que nada tem contra a criação da ANAM, mas, sinceramente, também, não vê grande utilidade prática na mesma. Por outro lado, quis referir que a proposta da criação da ANAM partiu do interior do País e a sede da mesma está prevista para o Porto, o qual não lhe parece muito razoável. Concordou com o referido pelo Deputado Rui Tadeu, no que toca à representatividade das AM na ANMP. Dado isso, considera que o problema não surgirá no pagamento da quota (1000€), mas na relevância do órgão. ----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), referiu que o ponto em discussão merece, por parte dos Deputados Municipais, um exercício de consciência, pois o tema é sobre as AM e o seu papel. É de opinião que, de uma forma geral, as pessoas queixam-se que a AM não é reconhecida e que aquilo que os Deputados Municipais defendem não é, devidamente, tido em conta, pelo Executivo. Por fazer parte do órgão há alguns anos, por participar em alguns fóruns dessa natureza, de norte a sul do País, e conhecendo a história que levou à constituição das AM, lembrou que o órgão mais importante era a AM. Com o passar do tempo essa hierarquia foi-se invertendo e as CM passaram a ter um papel mais importante porque, naturalmente, quem tem orçamento e milhões para distribuir e investir são as Câmaras Municipais. A discussão acerca da constituição da ANAM leva à reflexão do “para que é que somos eleitos?”. Perguntou qual será e deverá ser a atividade de um membro da AM e se essa passará apenas pelo recebimento da senha de presença ou se lhe é pedido mais quando é eleito. Sobre o argumento de que as AM já têm assento na ANMP referiu que, segundo sabe, nas reuniões desse órgão, onde vão o Presidente da CM e da AM, apenas se fala de competências/poder para as CM. Perguntou onde está a voz dos cidadãos, onde está a representatividade daqueles que os elegem. Considera que se apenas cabe à AM cumprir com o que está previsto na lei, no que toca à aprovação de orçamentos e contas, dever-se-á agir em concordância e assumir, de uma vez por todas, esse papel. Disse conhecer parte dos fundadores da proposta e sabe que o propósito da sua criação tem precisamente a ver com o rebater de todas as questões que enunciou e que foi o mecanismo encontrado para dar importância e dignificar as AM e, com tempo, modificar as suas competências. Informou que a sua Bancada irá votar favoravelmente à proposta. Referiu ainda, sobre a questão da sede da ANAM ser no Porto, tal como já havia referido na última AM, que a sede da ANMP é em Coimbra, a sede da ANAFRE em Lisboa e por tal pensou-se que a ANAM, numa questão de representatividade ficaria no Porto, mas não se pode esquecer que todo o movimento começou em Trás-os-Montes. -----

O Deputado Hernâni Teixeira (PS), disse simpatizar com a ANAM, pois tal como foi referido pelo Deputado Pedro Santos, também, sentiu, a primeira vez que participou

numa AM, há muitos anos atrás, que não era dada muita importância ao que os Deputados Municipais defendiam. Por outro lado, tal como a determinada altura houve necessidade de criar a ANMP porque os Municípios sentiram que unidos eram mais fortes para enfrentar o Governo, tal como, depois, as Freguesias sentiram a necessidade de se unirem para reivindicar das Câmaras, logo criaram a ANAFRE, agora passa-se o mesmo com as AM. Assim, tendo em conta que o problema não deve ser o da quota (1000€) perguntou qual seria o problema de haver uma associação que represente as Assembleias Municipais. É de opinião que se a constituição da ANAM é para reforçar o poder local, será ótimo. -----

O Deputado Joni Ledo (BE), referiu achar piada à forma como o Deputado Pedro Santos coloca as questões e esclareceu que o facto de não concordar com a maneira como a Associação está a ser criada e de não achar pertinente a sua atuação, não significa que esteja contra a ANAM. Considera completamente demagógico achar que será nesse espaço que irão ser tomadas as decisões necessárias para dignificar as Assembleias Municipais e acrescentou que o órgão com competência para tomar decisões deliberativas será a Assembleia da República. Afirmou que não disse que iria votar contra, mas, sinceramente, o assunto não lhe merece interesse pleno e relevância, pois as AM devem ser tidas em conta pelos próprios Deputados Municipais, pelas CM e pelo Poder Central. -----

O Deputado Rui Tadeu (CDU), referiu continuar a pensar que a criação da ANAM é uma redundância e que as AM já estão representadas, e bem, na ANMP. Sente que já há uma boa representatividade das AM nesse órgão e quando isso não acontece, talvez tenha a ver com pessoas e não com o órgão em si. Considera que o que deve ser ponderado talvez passe por melhorar o que já existe. -----

VOTAÇÃO -----

O Ponto Número Cinco foi aprovado por maioria com um voto contra do Deputado Rui Tadeu e duas abstenções do Deputado Joni Ledo e da PJ Natércia Fernandes. -----

O Presidente da CMVF, quis esclarecer, após a votação, que houve algumas imprecisões nas intervenções do Deputados Municipais, nomeadamente quando se referem ao Município como sendo apenas a CM. Explicou que o Município de Vila Flor engloba a CM e AM e por tal apenas existe um número fiscal para ambos os órgãos. --

PONTO NÚMERO SEIS -----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL (Receita, Despesa e PPI). ----

Não havendo inscrições o Presidente da AMVF colocou o Ponto Número Seis a votação. -----

VOTAÇÃO -----

O Ponto Número Seis foi aprovado por maioria com seis abstenções dos Deputados: Pedro Santos, Artur Pires, Catarina de Castro, Frederico Guedes, André Ferreira e Rui Tadeu. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

A) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS; B) RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR SOBRE A APROVAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS; C) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CMVF, CONSTANTE NA INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS, DE SEIS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS; D) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE SUB- UNIDADES ORGÂNICAS; E) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE

ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DA CMVF; F) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. -----

O Presidente da CMVF, colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos. -----
Não havendo inscrições o Presidente da AMVF colocou o Ponto Número Sete a votação. -----

VOTAÇÃO -----

O Ponto Número Sete foi aprovado por maioria com cinco abstenções dos Deputados: Pedro Santos, Artur Pires, Catarina de Castro, Frederico Guedes e André Ferreira. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA - 3.º GRAU E INFERIOR. -----

Não havendo inscrições o Presidente da AMVF colocou o Ponto Número Oito a votação. -----

O Ponto Número Oito foi aprovado por maioria com três abstenções dos Deputados: Pedro Santos, Frederico Guedes e André Ferreira. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.º ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CMVF, PARA O ANO DE 2017. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), disse que através da leitura dos documentos enviados percebeu que iria haver uma reorganização administrativa e um novo organigrama. A sua Bancada absteve-se nas votações anteriores, não porque sejam contra, mas porque consideram que cabe decidir a quem governa sobre a melhor forma de o fazer. Ficou com dúvidas, no entanto, sobre a criação dos 25 postos de trabalho, isto é, se seriam novos postos de trabalho, abertos por concursos aos quais todos poderão concorrer ou se têm a ver com a lei que abrange as pessoas que já têm vínculo à função pública. Perguntou se 20 desses postos de trabalho seriam para licenciados. Acrescentou que a criação desses postos de trabalho só peca por tardia, pois faz todo o sentido que uma CM tenha a sua estrutura bem definida, com bons técnicos e que, por outro lado, possibilite a fixação de jovens e suas famílias no Concelho de Vila Flor. -----

O Presidente da CMVF, explicou que alguns dos lugares criados já existem e haverá outros que nascem de novo para que sejam implementados novos projetos. Deu como exemplo o projeto de combate ao insucesso escolar que irá contemplar 5/6 técnicos. Referiu, ainda, que os concursos para a função pública são universais, qualquer pessoa poderá concorrer desde que reúna as condições necessárias, mas, de facto, existe uma primeira fase que se destina exclusivamente àqueles já se encontram ligados à função pública e a esse propósito referiu estarem consigo dois Técnicos da CMVF que poderão esclarecer melhor essa questão, caso haja dúvidas. -----

Sobre o *timing* de abertura dos concursos referiu que gostaria de o fazer o mais rapidamente possível, mas, como sabem, atualmente (3 meses que antecedem as eleições) tem limitações para algumas ações. No entanto, pensa que se for do entendimento da AM e da CM a importância dos mesmos, os concursos poderão ir avançando. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), perguntou se as pessoas iriam ser contratadas até ao final do mandato ou se iria passar para o próximo mandato. -----

O Presidente da CMVF, disse que, seguramente, teria que passar para o próximo mandato. -----

O Deputado Rui Tadeu (CDU), considera que a ação já deveria ter sido feita, cumprindo-se, obviamente, a lei. Quanto menos precários houver nas instituições, melhor será para todos. -----

VOTAÇÃO -----

O Ponto Número Nove foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO NÚMERO DEZ -----

DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DE 2016. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), explicou que o ponto surge porque a CMVF tem participações no setor empresarial local, nomeadamente na AIN e MIC, o que a obriga a consolidar as contas. A mensagem que quer deixar ao Presidente da CMVF é igual à que deixaria ao Presidente da CM de Mirandela, isto é, há uma questão que não está a ser encarada com responsabilidade e como deveria. A CMVF, a bom rigor, deveria registar o que deve, o que significa, neste caso, perto de dois milhões de euros de dívida. Por lei, a bem ou a mal, justa ou injustamente a CMVF deve esse valor àquelas entidades. A certificação de contas diz isso mesmo: a CMVF não reconhece, como deveria, a dívida e por lei ela deveria ser paga. Sabe que o assunto não é fácil e no lugar do Presidente da CMVF não sabe se teria, ou não a mesma atitude. No entanto, a CMVF terá, um dia, que encarar esse problema e efetivamente registar e pagar a dívida. Considera importante, no novo ciclo que se aproxima, seja com quem for, que o assunto seja encarado com responsabilidade e realidade. -----

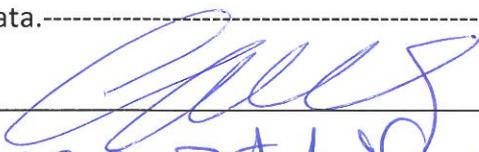
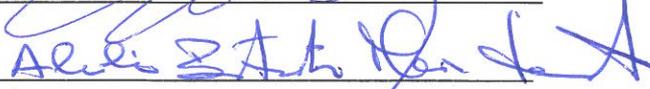
O Presidente da AMVF, tendo em conta que poderia ser a última reunião da AM, do mandato em curso, quis referir que durante os quatro anos tentou ter uma postura que permitisse que todos pudessem dizer o que queriam, no tempo que entendiam. Sabe que alguns consideram tal facto menos bom, mas para si essa é uma forma de todos se ouvirem e fazerem ouvir. Desejou muitas felicidades aos Deputados Municipais e agradeceu a todos os que durante quatro anos estiveram no trabalho "atrás da cortina". -----

Nada mais havendo a declarar, o Presidente AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----

Presidente da Mesa

1.º Secretário

2.º Secretário


VOTO DE PESAR

PELAS VÍTIMAS DOS INCÊNDIOS QUE ATINGIRAM O PAÍS

O incêndio que deflagrou em Pedrogão Grande sábado dia 17 de junho, teve consequências trágicas que afetaram os concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Góis, Ansiães e Alvaiázere e abalaram todo o País.

Até ao momento morreram 64 pessoas e outras 204 ficaram feridas, algumas das quais em estado grave.

A tragédia ocorrida em Pedrogão Grande, não pode deixar-nos indiferentes, somos um país e uma nação que partilhamos de sentimentos, valores de solidariedade e de compaixão para com aqueles que nestes momentos de dor não têm alento para resistir a tamanha calamidade

Ao mesmo tempo, a Assembleia Municipal de Vila Flor esta solidária com o esforço dos Bombeiros, da Proteção Civil, das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança, bem como das Autoridades Municipais e da Segurança Social no terreno. O seu espírito de missão, a sua dedicação à causa pública, são exemplo merecedor do nosso sentido de gratidão.

Reunida em sessão plenária, a Assembleia Municipal de Vila Flor assinala com profunda consternação e tristeza o falecimento de 64 pessoas nestas circunstâncias, transmitindo aos familiares e amigos, e a todas as populações afetadas, o seu mais sentido pesar.

Que seja dado conhecimento do presente Voto de Pesar aos presidentes dos municípios afectados e respectivas assembleias municipais.

Vila Flor, 30 de junho de 2017

Membros da Assembleia Municipal

José Carmo Vieira Azevedo
 João Manuel Fernandes Ribeiro
 Natércia da Conceição Fernandes Silva Fernandes
 Alexandra Isabel Marques Araújo
 Fernando Luís Fernandes
 António João Rodrigues Rodrigues
 Fernando Rodrigues Alves
 João Manuel Fernandes
 João Manuel Fernandes
 Fernando Lopes Fernandes

Alameda da Igreja do Espírito Santo, Cidades do Castelo de S. Vicente,
Zona de Vila Rica, Carneiro de Cardalho

Por meio de

Ass.

T. S. J.

Juan José José

André Manuel Costa Pereira

Câmara de Albuquerque Pizarro de Castro
aj. Micael Bento Jedor

ANEXO I



Moção/DELIBERAÇÃO

SOLIDARIEDADE COM AS VÍTIMAS E BOMBEIROS DO INCÊNDIO DE PEDRÓGÃO GRANDE

No dia 18 de junho, o país confrontou-se com a pior tragédia que alguma vez viveu. O balanço assombroso do incêndio que deflagrou, no sábado, em Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, resultou em mais de 64 vítimas mortais e mais de 100 feridos, centenas de pessoas desalojadas, habitações, bens e animais perdidos.

Esta tragédia recorda-nos que as medidas de prevenção estão por tomar, mas este é o momento do combate aos incêndios, da proteção às populações e de toda a solidariedade com as vítimas. As dificuldades no terreno, de acesso às povoações, os ventos fortes e as labaredas dantescas concorreram com a crónica insuficiência de meios e equipamentos das várias corporações de bombeiros. Apesar das condições extremamente difíceis, estes homens e mulheres não hesitam em deixar as suas famílias, o conforto das suas casas colocando em risco a sua própria segurança para acorrer a quem está em perigo.

A Assembleia Municipal de Vila Flor, reunida em sessão ordinária no dia 30 de junho de 2017, delibera:

1. expressar o mais sentido pesar pelas vítimas mortais desta calamidade e a mais profunda solidariedade com as populações afetadas.
2. Saudar os verdadeiros heróis que são os bombeiros e bombeiras de todo o país, e em particular, os homens e mulheres das Corporações de Bombeiros do Distrito de Setúbal o distrito de Setúbal e de todo o país pelo seu

150

empenho e dedicação no combate a este e outros incêndios que alastram no centro do país.

- 3. Apelar a toda a solidariedade com as famílias das vítimas, as populações afetadas e os homens e mulheres que combatem, todos os anos, os incêndios que ceifam vidas e destroem o país.

Vila Flor, 30 de junho de 2017

Os deputados,

José Miguel Bento João
 António Costa
 Maria Luísa Albuquerque Castro
 Manuel Luís Vitorino
 José António Videira Aguiar
 José António Almeida
 António Luís Almeida
 João José Gomes
 António Costa
 António Costa
 Alexandre José Miguel
 Natércia da Conceição Elgueiras Silva Fernandes
 José Isabel Fernandes Videira
 Maria Fernanda Almeida

ANEXO III

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ALÍPIO DE FREITAS

“Homem de grande firmeza” – assim o cantou Zeca Afonso. E assim era Alípio de Freitas.

Nascido em Vinhais, em 1929, foi padre e foi jornalista, foi português e foi brasileiro e, mais que tudo, foi um lutador de toda uma vida pela liberdade e pela emancipação do povo pobre.

Ordenado padre em 1952, escolheu viver com os mais pobres, primeiro com os camponeses da Serra de Montesinho e depois num subúrbio de São Luís do Maranhão, associando-se aos mais excluídos na criação de uma paróquia, mas também de uma escola e de um posto médico.

Com uma coragem invulgar, enfrentou as oligarquias fundiárias do Nordeste brasileiro defendendo, com risco da sua vida, os camponeses sem terra. Ajudou a fundar as Ligas Camponesas e foi ativista da luta pela terra.

Essa ousadia valeu-lhe um primeiro sequestro por um grupo paramilitar e detenção durante mais de um mês à ordem do Exército. Com o golpe militar de 1964, e já na clandestinidade, criou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Em maio de 1970 foi preso e sujeito a intensa tortura. O seu comportamento firme e altivo na prisão e na tortura tornou-se lendário. Recusou sempre prestar declarações e só a ampla campanha de solidariedade internacional de que foi alvo – em que se incluiu a canção que lhe dedicou Zeca Afonso, no álbum *Com as Minhas Tamanquinhas*, e diversas intervenções da diplomacia portuguesa – permitiu preservar a sua vida. Haveria de denunciar os seus torturadores no livro “Resistir é preciso”, publicado após a sua libertação em 1979.

Após uma passagem por Moçambique, regressou a Portugal, tendo trabalhado na RTP até 1994. Foi co-autor de vários programas e membro da respetiva Comissão de Trabalhadores.

Participou em vários movimentos sociais, nomeadamente o Tribunal Mundial sobre o Iraque e o Fórum Social Mundial. Foi também fundador do Bloco de Esquerda, em

1999, bem como de várias associações cívicas, como a Associação José Afonso e a Casa do Brasil de Lisboa.

Embora tivesse perdido completamente a visão nos últimos anos, Alípio de Freitas continuava a ser uma presença constante, sempre guiado pela sua companheira Guadalupe, em movimentos de solidariedade internacional ou de mobilização cívica.

A Assembleia Municipal de Vila Flor, reunida em sessão ordinária, exprime o seu pesar pela morte de Alípio de Freitas, também ele, um transmontano, e manifesta aos seus familiares e amigos a sua solidariedade.

Vila Flor, 30 de Junho de 2017

Deputados,